O DEMOCRATA

AVENÇADO

Semanário Republicano de Aveiro

Redacção e Administração
Rua de Santa Joana, 35
Comp. e Imp.—IMP. UNIVERSAL-AVEIRO
R. Combatentes da G. Guerra—Telef. 125

Director e Proprietário
Arnaldo Ribeiro

Editor e Administrador
Manuel Alves Ribeiro
Correspondência dirigida ao Director
Publicidade: Lisboa e Pôrto Agência Havas

ANO 39. | Sábado, 6 de Abril de 1946 | N.° 1935

VISADO PELA CENSURA

A CRISE DA FARMÁCIA PORTUGUESA

e as reclamações dos ajudantes

Voltou a classe dos ajudantes de Farmácia a pedir aumento de ordenados porque o que atualmente recebe não chega para viver. Somos dos que concordam. Mas um antigo ajudante, hoje proprietário duma farmácia em Lisboa, põe assim o problema, dirigindo-se ao jornal que publicou a jermiada:

Li, com o interesse com que leio todos os escritos respeitantes à vida da Farmácia, o artigo em que era ventilada a exiguidade dos vencimentos *mínimos* auferidos pelos ajudantes de Farmácia, publicado no seu jornal de ontem.

Li atentamente e, na minha qualidade de patrão, disse no final um *muito bem!* inteiramente sincero. E repito-o agora perante V. e o público, se assim o entender, mas peço vénia para esclarecer factos que certamente são desconhecidos não só do autor do artigo em causa como ainda do grande público a quem o seu distinto jornal se dirige.

Em primeiro lugar frizarei que os ajudantes de Farmácia só viram realizadas algumas das suas legítimas aspirações depois da criação do Grémio Nacional das Farmácias. Este organismo, pronta e lealmente, foi ao encontro das suas principais aspirações, consubstanciadas em: «fixação do horário do trabalho; encerramento a horas fixas, acordo colectivo de trabalho»; e um ano depois: «revisão do acordo colectivo de trabalho; aumento de vencimentos, e, finalmente, criação da Caixa de Previdência», que, com cêrca de ano e meio de fundada, tem um capital realizado que deve andar à roda de 2.500 contos.

De todas estas regalias adveio para a Farmácia um encargo que representa em média:

50% sôbre os vencimentos anteriores;
5% sôbre os vencimentos actuais, para a Caixa de Previdência; 6% sôbre os vencimentos totais do pessoal para Abono de Família.

Isto apenas para aqueles qne, por espírito de humanidade mais do que pelas suas possibilidades, não chamam a si a totalidade dos encargos que devem ser suportados pelo pessoal.

E sabe V. o que a entidade patronal recebeu, como contra-partida dêstes e tantos outros encargos que a situação da guerra lhe acarretou? Vou enumerar:

Diminuição da margem de lucros nas especialidades farmacêuticas, enquanto os industriais auferem, em algumas, lucros fabulosos; diminuição de manipulações — único elemento de defesa económica e moral da profissão; manutenção de um Regimento de Preços dos Medicamentos que data de 1933, com alterações — quasi todas para menos — de 1936; aumentos de contribuições e licença camarária; aumento do custo da vida e de todos os encargos inerentes à exploração da actividade; escassez de produtos.

Depois de expostas estas verdades, sem contestação possível, diga me V. se nós, entidades patronais, podemos ir ao encontro das necessidades dos nossos auxiliares, quando nem sequer estamos em condições de ir ao encontro das da nossa própria família.

Por sua vez, o *Eco Farmaceutico*, vem à estacada e diz:

Já em tempos nos referimos à delimitação dos campos em que cada ramo da actividade do comércio farmacêutico se deve exercer — laboratórios, armazens e farmácias — defendemos, então, o respeito mútuo pelos interesses de cada um.

Esperávamos, evidentemente, que todos se compenetrassem da obrigação que se lhes impunha e confiamos na honestidade e na inteligência postas ao serviço do compromisso tomado.

E' duro dizê-lo e triste confessá-lo: enganámo-nos.

Todos os dias nos surgem clientes pedindo *desconto* e afirmando que os obtêm nalgumas *casas da Baixa*. Entre êsses clientes, figura um *director de Banco*, a quem uma farmácia, propriedade de conhecido armazenista, faz *desconto*, usando para isso do *truc* de considerar como medicamentos devolvidos, o valor correspondente ao desconto feito.

Isto pode dar a impressão, aparente, de que o lucro obtido pela farmácia é de molde a permitir-lhe fazer descontos, o que é absolutamente falso, salvo quando a farmácia seja propriedade do armazenista.

Há, pois, que reagir contra esta intolerável deslealdade e ganância do fornecedor da pequena farmácia, daquela cujo âmbito se limita à venda ao público.

Como solução, poderiamos tentar fazer a *lista negra* dos que faltaram ao prometido em acordo feito tempos atrás, eliminando-os, assim, do número dos nossos fornecedores. Mas — triste é dizê-lo — grande parte dos proprietários de farmácia está nas mãos dos seus fornecedores, dada a crise por que a indústria vai passando. Por outro lado e por fim, a *lista negra* abrangeria todos os fornecedores a quem o mau exemplo de uns indizirá os restantes a segui-lo.

Este mal provem de outro mal que vem de longe e que é dificil, se não impossivel remediar: a acumulação dos três ramos—laboratório, armazem e farmácia—na mesma entidade ou empresa.

Tal acumulação, dada a forma de proceder de alguns fornecedores, constitui para a farmácia a pressão asfixiante em que ela vive, pela concorrencia que êsses fornecedores lhe fazem, desleal e ilegal, e de que ela não pode defender-se.

No fim e ao cabo, concluimos que tudo depende do carácter de quem, possuindo o diploma dum curso superior, não sabe ou não quere—dignificá-lo...

Bem observado...

Lemos algures:

Um sorriso alegre e sincero dispõe tão bem quem o dá, como quem o recebe.

Principalmente se fôr duma mulher bonita...

Feira de Março

Neste recinto realiza-se àmanhã o primeiro festival noturno, com a colaboração do rancho *Cantarinhas de Verride* e da Banda da Companhia V. S. P. Guilherme G. Fernandes.

E', como dissemos, em benefício das duas corporações de bombeiros.

O Democrata vende-se no *Estanco Flaviense*, Rua dos Mercadores.

ACTIVIDADE DA ASSEMBLEIA NACIONAL

Em 23 do mês de Março findo terminou o primeiro período da quarta legislatura da Assembleia Nacional. Pode agora fazer-se um balanço dos seus primeiros trabalhos. Alguns diplomas importantes, da iniciativa do Govêrno, foram discutidos e votados, a começar pela *Lei de Meios* e a acabar na *Lei Eleitoral*. Foram também discutidos e aprovados outros da própria iniciativa da Assembleia Nacional, como a *Lei dos foros em ouro* e a *Lei de fomento agrícola*. Debateram-se ainda na Câmara dois avisos prévios, um dêles com discussão generalizada, o respeitante à *Marinha Mercante*, discussão em que foi posta em relevo a acção importante do Govêrno no desenvolvimento últimamente dado à nossa navegação comercial e se fez sobressair o valor e o alcance do grande plano já estabelecido para construções navais destinadas à mesma marinha mercante.

Entre os diplomas discutidos e aprovados pela Assembleia Nacional, parece-nos que merece especial referência o que se refere à organização hospitalar. Contém êste diploma um programa de construções hospitalares que, uma vez realizado, nos coloca a par dos países mais adiantados em matéria de assistência curativa.

Pode dizer-se, pois, que a Assembleia Nacional, no primeiro período da quarta legislatura, teve já oportunidade de fazer trabalho não só muito útil, como ainda trabalho que se deve classificar, à vontade, de grande alcance para o progresso material do país. E tudo se discutiu e aprovou com espírito rasgado, fora e acima de opiniões apaixonadas de clientelas políticas, sempre com o pensamento elevado de quem deseja, exclusivamente, servir o bem comum e a nação.

Surgiram, por vezes, na tela da discussão, debates cheios de calor, mas de calor que resultava ùnicamente do desejo de resolver os problemas em causa dentro da justiça e do direito. Todos os oradores que intervieram em tais debates se apresentaram à altura da responsabilidade dos assuntos controvertidos, revelando, nos seus trabalhos, estudo, ponderação e grande maleabilidade de espírito para aceitar tudo quanto parecesse justo ou mais conveniente na solução dos problemas discutidos.

A Assembleia Nacional, pois, mostrou-se ao país como instituição digna da representação que lhe foi conferida pelo sufrágio da nação. Nos três anos da sua actividade que vão seguir-se, conforme o texto constitucional, bem podemos, por isso, ter nela a máxima confiança e esperar que, como agora, trabalhe com o maior proveito para as necessidades e exigências nacionais.

A.

QUEM ACODE?

O preço do papel e a vida dos jornais é o título de um judicioso artigo do *Jornal de Sintra* onde são postas em foco as enormes dificuldades da Imprensa, em geral, mas muito em especial dos jornais regionalistas, que vivem mais pelo amor da causa do que por instinto comercial.

Concordando plenamente com o exposto e tendo nós andado sempre na vanguarda dos que procuram aguentar-se *sem vergonha do mundo*, lá vai outra vez a pergunta — quem acode?

A MUDA

E' logo, às 23 horas, que, quem estiver acordado, deve adiantar o relògio 60 minutos, para, de manhã, quando se levantar, o fazer já pela hora oficial.

Nada, pois, de perder tempo...

Circulo de Cultura Musical

E' inaugurada em 10 do corrente a sua delegação nesta cidade, anunciando-se para essa noite o primeiro concêrto pela consagrada artista Guilhermina Suggia.

UNIÃO NACIONAL

O sr. dr. Ulisses Cortês, da Comissão Executiva da União Nacional deu na quarta-feira posse, no edifício do govêrno civil, às comissões distrital e concelhia de Aveiro do mesmo organismo.

A Comissão Distrital ficou assim constituida: presidente, dr. Belchior Cardoso da Costa; vice-presidente, dr. António Cristo, advogado e antigo deputado; secretário, cap. Arsenio dos Santos, comandante distrital da L. P.; vogais, dr. Humberto Leitão, médico, e António de Menezes Mendes, director do Distrito Escolar de Aveiro.

Da Comissão Concelhia tomaram posse o presidente, que é o secretário da Comissão Distrital, e o vice-presidente, sr. Arménio Martins Rodrigues, devendo os restantes membros serem empossados brevemente.

Assistiram algumas categorisadas individualidades, que imprimiram relêvo ao acto.

Doçura

A título extraordinário, devido às festas da Páscoa, será distribuido em todo o país, durante o corrente mez, um suplemento de 250 gramas de açúcar a cada pessoa, se o quiserem levantar com a senha respectiva.

Se há para amendoas, porque não havia de have-lo para o tempero?

ASSUNTOS LOCAIS

O Dr. Alberto Souto e o Teatro Aveirense

Não era desejo nem intenção dos Corpos Gerentes do Teatro Aveirense, responder ou fazer considerações aos escritos ultimamente publicados nas colunas dêste jornal. Mas, a tal ponto foi levado o assunto nos transportes dum estilo sempre delirante que, para quem não conhecer o âmago da questão, mormente aqueles que se encontram longe e não tenham outros elementos com que possam ajuizar, mister se torna esclarecer ou aclarar certos pormenores capazes de induzir a apreciação menos justas, ou juizos temerários que decerto não estavam no ânimo do seu autor.

E, assim, os Corpos Gerentes não podem nem devem ficar impassiveis ante tão sobejas explanações que, as mais das vezes indubitavelmente por deslize ou propósito, à volta do Teatro, se têm escrito.

Dizia o dr. Souto em tempos e neste mesmo jornal, que o Teatro era um património da cidade e que a ninguém, se não à cidade, êle pertencia, visto ter sido construido e regado com o suor de todos os aveirenses da época. Ultimamente ainda, afirmou:

Surgiu, assim, uma vaga e irregular sociedade anónima, que não teve escritura constitucional, e cujos estatutos, como os das sociedades de instrução e recreio de fins não lucrativos, foram aprovados por um alvará administrativo.

Bonita afirmação, sem dúvida, mas que necessita de ser controlada ou corroborada documentalmente. Estaria êle seguro ao escrever o que acima se transcreve? Ignorava, também, que a sociedade anónima do Teatro Aveirense tinha ascritura? Positivamente ignorava, ou fingia ignorar! E, senão, veja-se o que consta do livro de notas do falecido tabelião Arnaldo Augusto Alvares Fortuna, no seu livro de notas n.º 56, a fôlhas 4.

Escritura da Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada.

Saibam quantos esta pública escritura da Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesns Cristo de mil oitocentos e setenta e nove, aos treze dias do mês de Maio, nesta cidade de Aveiro e meu cartório, foram presentes os Ex.mos Senhores: — Conselheiro José Ferreira da Silva e Sousa, casado, proprietário, Visconde de Azenheira, solteiro, Sebastião de Carvalho Lima, viúvo, proprietário, Manuel Firmino de Almeida Maia, casado proprietário, Silvério Augusto Pereira da Silva, casado, Director das Obras Públicas do Distrito, António Barreto Ferraz Sachetti, casado, oficial do Exército; Manuel Antero Batista Machado, casado, pagador da Direcção das Obras Públicas do Distrito; João Pedro Soares, casado, proprietário; Gustavo Ferreira Pinto Bastos, casado, oficial do Exército e Jaaquim de Melo Freitas, solteiro, empregado público, todos de maior idade, residentes nesta cidade e todos na qualidade de membros da comissão instaladora da sociedade construtora e administrativa do Teatro Aveirense nomeados pelos respectivos accionistas, reconhecidos pelo próprios de mim tabelião e das testemunhas adiante mencionadas e assinadas, que também são minhas conhecidas, do que dou fé. E por êles foi dito, na minha presença e das mesmas testemunhas, que na conformidade da Lei, reduzem à presente escritura os seguintes Estatutos da Sociedade Construtora e Administrativa do Teatro Aveirense.

Tem ou não tem escritura o Teatro Aveirense?

E quer saber, também, o que diz o art. 9.º da referida escriture, quanto aos fins lucrativos?

E' ainda a mesma escritura que reza:

«Quando as receitas sejam deminutas e não haja a fazer despesas pelo Fundo de Reserva poderá sair dêle a quantia que precedentemente se assentar em Assembleia Geral, para aumentar o dividendo aos accionistas».

Por certo o sr. dr. Souto, na acção que tem averbada nesta sociedade e no lugar destinado a dividendos, deverá ter apenso o carimbo da distribuição dos mesmos dividendos respeitantes aos anos de 1917 a 1925. Seria uma distribuição pequena? Não nos parece, pois o dividendo distribuido foi de 20%.

E como se poderá compreender que o sr. dr. Alberto venha a público, apelando para a consciência dêsse público, arvorando-o em juiz duma afirmação que, na essencia, é outro infeliz deslize, senão quizer apodá-lo de desconhecimento?!

Ponhamos a questão no seu devido lugar e demonstremos, àqueles que não pertencem a esta Sociedade, quais as frinchas por onde saía o fumo. O sr. dr. Souto, amesquinhando Aveirenses, pessoas de consciências bem tranquilas e de cabeças bem levantadas, pretende apontá-los como uma espécie de bandos de corvos em volta de prêza a desfazer-se! Com a sua verrina maléfica tenta trazê-los ao pelourinho da apreciação pública, apontando-os como negociantes sem escrupulos, com intenções de se apoderarem do Teatro Aveirense, fazendo desta operação uma negociata muito lucrativa. Aí começou a gritar que o fumo saía pelas janelas para o Largo da Cadeia!... Mas, afinal, revendo e pezando bem tôda a sua prosa, nada sobressái de concreto e apenas fica a insinuação vaga — qual a intenção?! — de fumos a sair das janelas, incêndios que reclamam a presença de bombeiros, e tantas coisas mais, capazes de produzirem confusos malabarismos nos espíritos dos incautos, dos estranhos, ou dos afastados dos meandros desta politiquice teatral. O ódio pessoal, o desgosto sofrido por ser apeado do pedestal onde se alcandorava há uns bons dezoito anos, na Presidência da Assembleia Geral, eram mais poderosos do que o senso que devia ser o apanágio da sua intelectualidade. Não quiz ver nem olhou para o mar de sargaços em que a sua consciência iria talvez naufragar, atribuindo, por sua conta, supostas directrizes às intenções das pessoas que, a todo o transe, desejavam que o Teatro Aveirense retomasse a função que, por escritura, lhe fôra outorgada, de ser Teatro, e nunca servir de instrumento a ambições alheias. Mas, agora, ocorre perguntar ao nunca desmentido bairrismo do sr. dr. Alberto, ao seu inveterado amor pela terra e pelas coisas mais intimas e tradicionais, que ninguém nega ou ousa, sequer, pôr em dúvida, qual a sua obra ou o resultado da sua acção bairrista em prol do Teatro, durante cêrca de dezoito anos em que por esta casa passou, em cargo de presidente orientadora junto dos demais Corpos Administrativos?... A não ser que a sua obra não vá além do âmbito das palavras floridas e bonitas, das frazes lapidares em que é mestre consagrado, esgrimindo com engenho e arte, que a plébe muito aprecia até pasmar delirante... à espera dos actos correspondentes às palavras. As pulgas a que alude, certamente se criaram e também medraram à sombra da sua indiferença pelos destinos desta sociedade. Nada foi feito e nada se faria se não tivesse surgido, em tempo devido, um punhado de accionistas que, indignados contra tanta indiferença, se propuzeram transformar e modernizar o Teatro, pondo-o à altura da categoria desta cidade. E para com êstes desejos, a que só uma firme resolução nos poderia obrigar, veio o sr. dr. Alberto com a moralizadora insinuação de que tudo era escuro, e que o que resolviamos era só entre nós e que não dávamos satisfações a ninguém... e a êle principalmente.

Mas o que é o sr. dr. Souto na Sociedade Anónima do Teatro Aveirense? E' um accionista, como qualquer de nós, servido apenas pelo escudo da sua melhor inteligência e transportes de superior erudição com que arrasta as multidões dos primeiros impulsos dos efeitos auditivos. E êste assunto, de capital importância, que apenas entre as paredes desta Sociedade devia ser discutido e apreciado, só por vaidade se compreende que fôsse trazido à imprensa, do feito não colhendo quaisquer louros, nem servindo a causa de que se arroga tão ardente paladino. O falecido sr. dr. Jaime Duarte Silva, cuja memória o sr. dr. Alberto Souto invoca para dar satisfação à sua consciência, não foi tão impressionante quanto à apreciação das pessoas que hoje estão à frente do Teatro Aveirense, chegando, apesar da sua irredutibilidade, a convidar alguns dos actuais membros dêstes Corpos Gerentes para fazerem parte da Comissão Administrativa que os antecedeu na administração dos negócios desta Sociedade.

Queixou-se o sr. dr. Souto das vaias que lhe foram dirigidas quando da Assembleia Geral que convocou,

Aos nossos assinantes

Pedimos o favor de não deixarem devolver os recibos apresentados pelo correio, tendo em atenção o aumento de despeza que isso nos acarreta e bem assim o trabalho administrativo do jornal, que não é pequeno.

Agradecemos.

para um quarto de hora depois, sem respeito pelos seus créditos profissionais, anunciar o seu encerramento com o pretexto de que a convocatória que ele tinha assinado não havia sido feita nos termos da Lei. Que deveria ajuizar uma Assembleia de accionistas quando o seu Presidente da Assembleia Geral lhe vem dizer que fêz, mas que fêz mal porque não sabia, fazendo supôr desta forma o firme propósito de protelar a resolução dum problema do qual viria a depender o futuro desta Sociedade? Era nessa Assembleia que deveriam ser eleitos os Corpos Gerentes que actualmente presidem aos destinos desta Sociedade. Esses mesmos Corpos Gerentes traziam consigo o encargo e o plano que a todo o custo tinha de ser posto em execução. Obras, melhoramentos, conforto para o público, e tudo o mais que fôsse requisito duma moderna casa de espectáculos. Mas talvez ao sr. dr. Souto não conviesse ou agradasse esta solução. Embora não o tivesse demonstrado na ocasião, já hoje podem adivinhar-se-lhe as intenções ou desígnios com êste bocadinho de ouro que veio publicado no número 1.933 de *O Democrata*, que diz o seguinte: «*...e lutar com a concorrência do grande Cine Teatro Avenida cuja construção vai crescendo a olhos vistos...*» Era justamente aqui que assentava tôda a nossa desconfiança e toda a razão da sua luta. O sr. dr. Alberto manifestou-se na Sala de Sessões, depois de ter apreciado os dois projectos, contra a sua execução, porque essas obras viriam a alterar as linhas da actual sala de espectáculos, afirmando que desejaria se conservasse o existente, avivando a purpurina do papel do teto, se mantivesse o género ferradura dos camarotes, e se conservasse a mesma arquitectura!

Mas isso, sr. dr., é não querer acompanhar o movimento de modernização em que todo o mundo segue, para um maior aperfeiçoamento, incluindo o futuro cinema concorrente, ao qual o sr. dr. Alberto Souto já tem cantado vários hinos e cujas paredes vão crescendo dia a dia. Será lindo e tradicional conservantismo até, mas menos consentâneo com as exigências modernas de conforto, comodidade e embelezamento. Que quer o nosso dedicado e preclaro amigo? O mundo marcha, o progresso avança, o público tem novas exigências, justificadas umas, disparatadas tantas, mas atendíveis todas ou quási todas porque, ao fim e ao cabo, é o público que as sustenta e contribui para a satisfação dessas exigências.

Mas tem-se a impressão, afinal, de que não eram as duas mil acções de cinco escudos, não eram os planos de absorção do Teatro Aveirense, nem as pulgas, que afligiam o sr. dr. Alberto; era, sim, o punhado de accionistas que desejavam tornar em realidade uma obra grandiosa que causava engulhos àqueles que se escondem por detraz do sr. dr. Souto, e que, a todo o transe, desejavam que o Teatro Aveirense se mantivesse no mesmo pé de abandono.

Volvamos os nossos olhos para a Assembleia Geral do dia 24 de Março último na qual o sr. dr. Souto, na qualidade de enviado especial à Assembleia, vem jactanciosamente afirmar que houve uma mudança de maré. Não demos por essa mudança, nem os trabalhos se proporcionaram para que ela se efectuasse. As coisas manteem-se no mesmo pé em que estavam, pondo de parte as contas, que já foram aprozadas. Fora disso, apenas assistimos a um circunstanciado auto-elogio da sua própria personalidade, oração muitas vezes proferida em vários locais pelo próprio sr. dr. Alberto Souto. Com o respeito que deve presidir a uma Assembleia, ele foi ouvido, embora, por vezes, fóra da ordem de trabalhos, não tendo as suas palavras influído na decisão de qualquer problema.

Na apreciação das contas, o sr. dr. Alberto, antecipando os factos, baralhando os algarismos, e tirando a essência dos pormenores, não demonstrou que a Sociedade tivesse prejuízo, muito pelo contrário, a Sociedade auferiu lucros muito compensadores, equivalentes ao anterior exercício, apesar de ter tido prejuízos nas sessões das terças e sábados, na importância de algumas dezenas de contos. Alegou, ainda, que nós não desejávamos que o balanço fôsse alterado. A santa ingenuidade dos accionistas assim posta a nú pelo sr. dr. Alberto!!

Mas como é possível alterar o balanço, dando um valor maior ao activo, sem a contra partida do passivo? Isto não lembra a ninguem e, muito menos, a um advogado, que deveria ter algumas noções de contabilidade. Como poderiamos nós computar o valor dos bens da Sociedade em 1.800 contos, conforme indicou, quando o capital social era de 10 contos? Como podería mos, também, fazer uma modificação ou apresentar o balanço com a alteração de valores, quando só por determinação da Assembleia Geral isso poderia ser autorizado? Nós percebemos bem, como, de resto, tôda a gente, com perdão e complacência da autoridade mental e moral do sr. dr. Alberto, até onde a insinuação pretendia servir os seus efeitos em mira de novas suposições. Mas, quando se ventilasse em Assembleia Geral própria, a questão do aumento de capital, os accionistas, apesar da *santa ingenuidade*, que o sr. dr. Souto lhes supõe, saberiam o que lhes conviria fazer, e o sr. dr. Souto entre êles, como accionista, que também é, mas não ingénuo.

Quanto a êste capítulo, entenderam os Corpos Gerentes sugerir que fôsse criada uma comissão de accionistas que, pela honorabilidade e garantia dos seus nomes, procedesse a um estudo da Sociedade de forma a que fôsse, com a maior aproximação, determinado o respectivo valor sôbre o qual deveria assentar a divisão pelas duas mil acções.

A Comissão ficaria encarregada de elaborar um relatorio dêsse estudo, o qual seria presente à Assembleia Geral, que sôbre êle se pronunciaria e diria a última palavra: — concordância ou discordância. Mas, confundindo as coisas e procurando emaranhar os factos, no turbilhão das suas intencionáveis suposiçees, o sr. dr. Souto, dando senhoria à Direcção, afirma — sem respeito pela verdade — que esta proposta fôra cozinhada na madrugada anterior à última Assembleia Geral, com o fim de salvaguardar qualquer interpelação. Saiba-se, porém, que esta resolução foi tomada em 9 de Fevereiro, na sessão atraz referida, porque o assunto era de tal forma melindroso que a Direcção não quizera, por bem justificadas razões, arcar com a responsabilidade de apresentar à Assembleia Geral a sugestão do valor que deveria ser atribuido às acções. Houve sòmente em vista apresentar à Assembleia Geral, com tôda a clareza, o critério que a Direcção seguia para a resolução dêste magno problema, assaz substancial, ficando, portanto, a ser da responsabilidade da respectiva Assembleia a fixação dêsse valor. Desta forma e exposto, como está, o problema, verifica-se que o sr. dr. Souto, ao arengar sôbre o Teatro Aveirense, não teve outra intenção, à parte a simpatia pelo novo cinema em construção, senão a de magoar pessoas que, por variadíssimas razões, êle devia respeitar porque dêsse respeito lhe eram crèdores.

Apenas, como ultimo reparo, não queremos deixar de frizar a circunstância de o sr. dr. Alberto pretender baralhar, confundir, talvez, as entidades Direcção e Conselho Fiscal, e as personalidades de alguns dos seus componentes. Para o sr. dr. Alberto só existem os srs. Egas Salgueiro e Lucílio Garcia por assim convir às suas alevantadíssimas intenções, mórmente o primeiro, que, possivelmente, já não justificará aquela sua tão típica terminologia... *somos todos amigos.*

Mas, então, da Direcção e do Conselho Fiscal não fazem parte outros elementos de indiscutível honestidade e honorabilidade no nosso meio, qualidades estas tão conhecidas como as lindas frases do sr. dr. Alberto e que, como estas, sejam padrões de defesa dos interesses dos accionistas?

Mais ainda. O Conselho Fiscal, a quem fôram sempre presentes tôdas as intenções e resoluções da Direcção, não é constituido de tanta garantia, pelo menos, como as já tão lindas e conhecidas palavras do sr. dr. Alberto Souto? Até parece que... já não *somos todos amigos* porque o sr. dr. Alberto, não propositadamente ou por esquécimento inesquecivel, no resumo do relato dos trabalhos da ultima Assembleia, omitiu a declaração, lida ali, de que o Conselho Fiscal tivera sempre conhecimento de todos os actos de maior monta praticados pela Direcção e que com ela era inteiramente solidário. De duas uma: ou há esquecimento do *dedicado amigo*, ou todos eram coniventes nas grandes negociatas, produto imaginário do sr. dr. Alberto na pertinaz defesa dos interesses do novo cinema em construção, porque ninguem as vira ou por cansaço de vista ou ausencia de binóculo especial.

O que nos parece, e para finalisar, é que, nestas como em tantas pugnas em que as mais das vezes a vaidade tem guarida, somos todos amigos mas só quando a favor de nossos pontos de vista ou reservadas intenções.

Aveiro, 2 Abril de 1946.

OS CORPOS GERENTES
DO TEATRO AVEIRENSE

ASSUNTOS LOCAIS

O TEATRO AVEIRENSE

Resposta ao sr. Dr. Alberto Souto

pelo Dr. Pompeu Cardoso

No número de *O Democrata*, de 23 de Março último, sua Ex.ª o snr. Dr. Alberto Souto, escreveu o seguinte:

E como havia a Câmara agora de apagar o incendio, se lá dentro se meteram os interessados no negócio? Lá está a fumegar!... E desta vez, arde, arde sem remédio, pela ingenuidade de uns, pela tibieza de outros, pela fraqueza dêstes, pela cumplicidade e dependência de muitos que tinham o dever de dar o exemplo, de não consentirem e resistirem e de colocarem o civismo e o aveirismo acima das vaidades ou das ambições, das relações pessoais, políticas ou financeiras; dos que tinham obrigação de colocarem o respeito publico acima do interesse particular, a tradição da terra acima do próprio capricho e de conservarem a espinha dorsal bem direita em frente dos falsos oiropeis que escondem o servilismo. Arde sem remédio! Etc. etc...

Ora, pertencendo eu aos corpos gerentes do Teatro, como presidente do Conselho Fiscal, procurei ver se a carapuça me servia, mas por mais esforços que fizesse, não consegui encaixá-la, porque sua Ex.ª o snr. Dr. Alberto Souto esqueceu-se do ditado que diz *não insulta quem quer* e eu não estou disposto a permitir insultos desta natureza. Devolvo-os, pelo que me diz respeito, intactos à procedência.

Não respondi imediatamente às frazes infelizes de sua Ex.ª porque esperava que, pelo decorrer das assembleias gerais, que estavam para realizar-se, ficasse demonstrado de uma maneira insofismável qual a orientação dos corpos gerentes do Teatro, que não poderia ser senão de absoluta e intrangente honestidade, enquanto eu dêles fizesse parte.

Estava convencido de que depois das assembleias gerais, sua Ex.ª modificaria a sua opinião, se desvaneceriam as suas levianas suspeitas e que reconhecendo o êrro que tinha cometido, fazendo suposições, duvidando das nossas intenções, inventando *incêndios* e tantas outras coisas em que a sua imaginação é fértil, lealmente reconhecesse que as coisas no Teatro caminhavam dentro da legalidade, sem haver a mais pequena pretensão de lezar ou beneficiar alguém.

Por êste motivo, e também porque todos estávamos habituados a considerar o snr. Dr. Alberto Souto como uma pessoa querida desta terra, e como um autêntico valor intelectual, de uma inteligência e cultura notáveis, desculpei e tomei à conta de mau humor o seu escrito, sem lhe ligar importância de maior, embora me considerasse um pouco ferido e magoado por sua Ex.ª me acusar de conivência *no fogo pôsto* e *no assalto* ao Teatro Aveirense.

Sua Ex.ª insistiu, e no último número de *O Democrata* claramente se refere à minha pessoa, pretendendo ainda ferir-me, chamando-me ingrato.

Porém tudo tem limites e sua Ex.ª ultrapassou os limites da tolerância que todos estávamos habituados a dar às suas atitudes, e hoje tenho de dizer ao sr. Dr. Alberto Souto que basta de suposições e de insinuações e que acuse com factos concretos.

Tenho feito nestes últimos dias um exame completo de consciência. Tenho procurado descobrir na minha vida qualquer acto que possa impedir me de sair à rua sem aquela rigidez e aprumo da coluna vertebral própria dos homens de bem. Tenho-me abeirado de alguns amigos íntimos para que me digam com a maior lealdade os motivos de queixa que teem ácêrca do meu carácter, quais os actos por mim praticados que possam pôr em dúvida a minha honorabilidade. Nem eu, nem êstes meus queridos amigos encontrámos coisa alguma que pudesse fazer supor que eu seria capaz de *incendiar o Teatro* ou de o tomar de assalto, para realização de pretensos negócios. Em condições semelhantes estão todos os outros membros dos corpos gerentes, quero crê-lo firmemente, mas entre todos destaco três nomes, meus amigos muito queridos, três caracteres, que tôda a gente da cidade respeita, admira e considera.

O sr. Carlos Aleluia, o industrial moderno que sabe ser amigo dos seus operários e que no campo social tem feito uma obra notável; o artista que ensaia e dirige o magnífico orfeão dos seus operários; o cavalheiro de educação primorosa cuja conversa, cheia de ponderação e elegância, nunca desce a fazer comentários ridiculos ou mal intencionados; o homem honesto que todos elogiam, respeitam e acarinham.

O sr. José Maria Monteiro, funcionário exemplar da Junta Autónoma da Ria, que por tôda a cidade é considerado como um caracter, como uma pessoa ponderada, de movimentos e atitudes lentas, mas firmes, de sentimentos nobres e dignos.

O sr. Jacinto Rebocho, que até já de sua Ex.ª recebeu elogios e que tôda a cidade conhece como um homem de bem.

Falo nestes três nomes, porque, influenciado pelos escritos do snr. Dr. Alberto Souto, e pela celeuma que êles levantaram na cidade, nos constituimos em *complôt* para procurar encontrar ou descobrir qualquer coisa de suspeito que se passasse dentro da Direcção, nas suas resoluções, nas reuniões pela Direcção preparadas em que pediam a nossa comparência, ou na apreciação de qualquer dos problemas que era preciso propor à Assembleia Geral, e *nunca, nunca* encontrámos a mais insignificante coisa que justificasse o falso alarme dado por sua Ex.ª o sr. Dr. Alberto Souto.

Se acontecesse o contrário haviamos combinado informarmo-nos mutuamente e, ou ali se praticariam sòmente actos dignos, ou viriamos embora denunciando os motivos porque o faziamos.

Infelizmente para o sr. Dr. Alberto Souto nem um só motivo houve que desse lugar a duvidas, quanto mais a suspeições, pois sempre ali se trabalhou numa atmosfera de amizade, de interesse e de dignidade, o que veio confirmar o juizo que anteriormente faziamos dos membros da Direcção, de que as suas intenções eram as melhores, as mais honestas, no sentido de se fazerem obras no Teatro e de transformar o barracão sem comodidade em uma casa de espectáculos moderna, elegante, comoda, com maior lotação e, portanto, com mais condições de vida.

Talvez isto não convenha a algumas pessoas.

Sua Ex.ª o sr. Dr. Alberto Souto faz referência à procuração do Dr. José Cardoso, meu irmão, e a uma defeza que dele fez em Setubal.

Se sua Ex.ª desejar eu posso fazer a história completa da sua interferência nesse caso...

Sua Ex.ª também me deve atenções, e afinal, num meio tão pequeno como êste, todos as devemos uns aos outros, mas eu nunca julguei que o sr. Dr. Alberto Souto pudesse alegar favores ou atenções dispensadas a alguem, para o obrigar a um servilismo incondicional ou a uma subserviência ignobil.

Essa procuração, sr. dr. Alberto Souto, tem a data das eleições e só serviria para a aprovação das contas. Nem poderes tinha para a alteração dos estatutos, nem para o aumento do capital.

Ou V. Ex.ª queria que meu irmão não aprovasse umas contas em que eu figurava como presidente do Conselho Fiscal?

V. Ex.ª, sr. Dr. Alberto Souto, não me dá, a mim, lições de honestidade.

Para terminar transcreve-se do jornal *Republica*, de 29-3-46 e de uma interessante secção intitulada—*Quere saber? — Pois pergunte á vontade*— o seguinte:

O que significa vêr mosquitos na outra Banda.

Vêr mosquitos na outra Banda, significa o mesmo que vê-los na Lua...

É um dos muitos ditos populares, aliaz com bastante graça, cuja origem se desconhece, por o povo que os cria com a sua fantasia imaginosa, não se preocupar com direitos de autor...

É uma frase muito bem achada para aplicar àquelas pessoas cuja pretensão não tem limites, que sabem tudo, viram tudo, deturpando a verdade, simplesmente para dar asas à sua vaidade mesquinha, tomando ares de superioridade que, afinal, só servem para as ridicularisar.

É como se vê um dito que tem graça e não ofende...

Será êste o caso? Estará o sr. Dr. Alberto Souto a ver mosquitos na Lua?

Aveiro, 31-3-946

POMPEU CARDOSO

Câmara Municipal de Aveiro

NOTA OFICIOSA

Embora a obra de abastecimento de água à cidade não esteja completa, faltando-lhe parte da rede de distribuição e os reservatórios, mas atendendo às circunstâncias em que parte da população se encontra com falta de água, a Câmara, em sua sessão de 1 do corrente, no intuito de bem servir o público e ***só com êsse objectivo***, deliberou, superiormente autorizada, fornecer água ao preço de 3$00 o metro cúbico, por avença ou contador, aos consumidores que o solicitem.

A Câmara não se considera obrigada, em face do exposto, ao regular fornecimento de água à população. O seu intuito, repete-se, é apenas servir, o melhor possivel, o interesse público.

Paços do Concelho, 2 de Abril de 1946.

A CAMARA

Notas Mundanas

Aniversários

Fazem anos: hoje, a sr.ª D. Branca Gomes Guimarães, esposa do sr. dr. Francisco do Vale Guimarães, chefe dos Serviços de Propaganda dos C. T. T. e as meninas Maria da Conceição e Maria de Lourdes Azevedo, filhas do sr. Manuel Seabra de Azevedo, activo comerciante e industrial em Sá da Bandeira (Angola); amanhã, a sr.ª D. Maria da Luz M. Lima Pinta, esposa do sr. Artur José Pinto Júnior, residentes no Porto; no dia 8, as sr.as D. Virginia Serrão Alvarenga e D. Emília de Oliveira Dias, esposas, respectivamente, dos srs. Pompeu Alvarenga e José Paula Dias, da Fundição Aveirense, L.da; *em 9, a sr.ª D. Maria La-Salete Sarabando Vinagre, esposa do sr. Manuel Moreira Vinagre; a menina Maria de Pinho Gilvaz, irmã da sr.ª D. Rosa Gilvaz Magalhães, residentes na Rio de Janeiro (E. U. do Brasil) e o sr. Álvaro da Rosa Lima, ausente na capital e em 12, a menina Maria Carolina Arroja, irmã do sr. José Martins Arroja e o sr. Neftali Duarte.*

Casamentos

Na Sé Catedral consorciou-se, domingo, a tricaninha Maria da Soledade Ferreira com o sr. Marino de Matos, tendo servido de padrinhos o sr. José da Cruz e Sousa e esposa. Muitas felicidades.

Partidas e Chegadas

Estiveram nesta cidade os srs. dr. José Arnaldo Domingues, médico em Albergaria-a-Velha; Francisco Duarte, residente em S. João da Madeira, e Agostinho dos Santos Jorge, professor em Vagos.

Doentes

Já saí à rua o nosso amigo João Mota, que vai melhorando, embora lentamente, o que registamos com satisfação.

— Também têm experimentado melhoras os srs. Agnelo Casimiro da Silva e João Evangelista de Campos. Desejamos que se restabeleçam breve.

LUZ! LUZ! LUZ!

E' desolador o aspecto da nossa ria, à noite, pois os candeeiros são só para vista, durante o dia.

Há também ruas com lâmpadas fundidas há uma infinidade de noites.

Estará isto certo?

Incidente nos Arcos

O sr. José Luís da Costa, comerciante, de Lisboa, que, há dias e no local dos Arcos, da cidade de Aveiro, foi ofendido na sua dignidade e consideração pelo sr. Alberto de Matos Mónica, construtor naval, da Gafanha da Nazaré, pede-nos a publicação do documento em que o autor das expressões ofensivas da sua honra se retracta e repara o agravo praticado e que é do teor seguinte:

Declaração

Eu, abaixo assinado, Alberto de Matos Mónica, casado, construtor naval, residente na Gafanha da Nazaré, declaro que considero o Ex.mo Senhor José Luís da Costa, casado, gerente da sociedade Armazens José Luís da Costa & C.ª, L.da, de Lisboa, pessoa de bem, digna e honesta, reconhecendo, assim, que, sem razão e só por virtude de uma exaltação de momento, ofendi a dignidade e honra do mesmo Ex.mo Senhor José Luís da Costa a quem, por êste meio, exprimo a minha estima e consideração por aquelas suas qualidades e peço desculpa do meu injustificado procedimento.

Aveiro, 21 de Março de 1946.

O Declarante

ALBERTO DE MATOS MÓNICA

(Segue-se o reconhecimento desta assinatura)

Capitão Alberto Faria

Prestes a entrar na máquina o último número do jornal, chegou-nos a notícia da sua morte, que nos impressionou vivamente, pois a-pesar-de o sabermos doente, muito doente mesmo, nunca supuzemos que tão cêdo transpuzesse os umbrais da Eternidade. Os seus achaques, provenientes dum ataque de paralisia, já lhe tinham feito perder aquela vivacidade e desenvoltura que caracterizavam o simpático oficial, que era bastante considerado na cidade onde fez quási tôda a sua carreira militar.

Espírito desempoeirado e folgasão, o bom humor de que era dotado, a sua alegria comunicativa e a graça que imprimia às suas conversas prendiam e encantavam quantos se honravam com a sua amizade.

CAPITÃO ALBERTO FARIA

O capitão Faria, como vulgarmente era conhecido, nasceu em Vilar Torpim, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, em Junho de 1878, tendo-se alistado em 1895, como voluntário, no antigo regimento de Infantaria 24, então aquartelado em Pinhel, e que depois acompanhou a quando da sua transferência para Aveiro, em Dezembro de 1901. Data, portanto, daquele ano a sua permanencia entre nós, tendo prestado serviço não só naquela unidade como também na Guarda N. Republicana, cuja Companhia comandou até passar ao Quadro de Reserva, em Junho de 1936.

Serviu em Angola, tomando parte na campanha do Cuamato, em 1907, e a quando da outra guerra foi expedicionário à França como oficial de Infantaria 35 (1917-1918).

Por ocasião da restauração da monarquia no norte do país, em 1919, tomou parte activa nas operações contra os rebeldes, desempenhando o cargo de ajudante do falecido general José Domingues Peres, então comandante da extinta 8.ª Divisão. O seu entusiasmo e a sua energia a favor da causa republicana ficaram bem patentes nessa altura em que se distinguiu por forma a merecer elogiosas referências dos seus superiores.

A sua fôlha de serviços é das mais honrosas, tendo conquistado vários louvores e condecorações que só o dignificavam. Entre outros possuia a Cruz de Guerra e de bons serviços; medalhas da Raínha D. Amélia, fourragère da Cruz de Guerra, de comportamento exemplar, oficial de Aviz, campanhas do Exército Português e de assiduidade na Guarda Republicana, etc.

O cadáver do capitão Faria, amortalhado na sua farda da G. Republicana, foi conduzido do Hospital, onde falecera, para a igreja de Santo António e dali saiu o funeral para o cemitério sul. Nê-le se incorporaram numerosas pessoas, predominando o elemento militar, representado em larga escala. A chave da urna, coberta com a bandeira nacional, era conduzida pelo comandante de Infantaria 10 sr. coronel Diamantino Amaral e o *kepi* e a espada pelo sr. alferes Simões da Silva, do mesmo regimento.

O Democrata, sentindo o seu desaparecimento do mundo, manifesta à viúva, sr.ª D. Ana Rosa Faria e a suas filhas sr.as D. Maria Celeste e D. Lucília Faria, residentes nesta cidade, e D. Esperança Faria Neves, casada em Africa com o médico sr. dr. Maurício Neves, o seu sentimento e a sua mágoa.

VISITAI O PARQUE DA CIDADE

«O Democrata»

ASSINATURAS

(Pagamento adiantado)

Portugal (Ano)	30$00
Semestre	15$00
Colónias (Ano)	30$00
Estrangeiro (Ano)	40$00
Número avulso	$60

ANÚNCIOS

Mais duma publicação, contrato especial.

NECROLOGIA

Aos estragos da gráve enfermidade que o vinha torturando, sucumbiu, na penultima sexta-feira, o artista-pintor Alvaro Barreto, antigo jogador de *foot-ball*, primeiro dos *Gallitos* e depois do *Beira-Mar*.

Foi aplaudido e vitoriado pelas multidões, teve numerosos amigos e por fim acabou os seus dias ignorado, quási esquecido.

Tinha 37 anos, deixou três filhos e no seu entêrro, realizado civilmente para o cemitério sul, encorporaram-se a Companhia V. S. P. Guilherme G. Fernandes de que foi componente, um piquete dos Bombeiros Voluntários e outras pessoas, vendo-se com a chave da urna o sr. José de Pinho.

A quantos pranteiam a morte do inditoso desportista, as nossas condolências.

* * *

Em Esgueira finou-se, ante-ontem, com 68 anos, o sr. dr. Manuel Maria de Almeida Eça, filho do falecido reitor do Liceu de José Estevão dr. Alvaro de Moura, de saudosa memória.

Foi médico militar do Ultramar, com o posto de tenente, exerceu clínica em Macau e foi professor da extinta Escola Primária Superior.

Há muito que uma neurastenia o afastara do convívio social, sendo raro sair à rua.

Foi um dedicado republicano, sendo o seu cadáver sepultado também civilmente.

A toda a família os nossos sentimentos.

* * *

Faleceram mais: nesta cidade, Catarina de Jesus, viúva, de 82 anos, Maria Emília Rodrigues de Oliveira, também viúva, de 81, e António Joaquim Pereira de Oliveira, casado, de 69, e em *S. Bernardo*, Maria de Jesus, de 73, casada com José Nunes do Nascimento.

Correspondências

Esgueira, 2

Os gatunos assaltaram a semana passada o nosso cemitério, tendo arrancado de alguns mausoleus, crucifixos de metal, que levaram.

Tentaram ainda abrir diversos jazigos, mas não o conseguiram, naturalmente por falta de ferramentas.

Miseráveis!

—Esteve cá, de visita, o sr. José Tavares da Silva, com residência na capital.

—Faz hoje anos a inocente Lisette Eneida, filha do sr. António dos Reis, a quem felicitamos.

C.

Costa de Valado, 4

Volta e meia a iluminação das ruas desta localidade permanece apagada durante muitas noites seguidas, o que não está certo.

Chama-se a atenção para êste caso, que é de interesse público.

—Tem estado gravemente enfêrmo o filho Altino do sr. Albino Martins Pereira Novo, que oxalá obtenha o almejado restabelecimento.

—Tem experimentado melhoras dos seus padecimentos, o nosso amigo Manuel Gomes Ferreira.

—Atacado de eczêma no rôsto e cabeça, tem passado mal de saúde o filhinho do nosso amigo Abílio Pinto da Cruz. Regressou de Coimbra onde foi consultar o prof. dr Rocha Brito, especializado em doenças de pele.

—O tempo corre magnífico para os trabalhos agrícolas em curso.

C.

Cândida da Conceição Moreira

Agradecimento

Sua família, para evitar qualquer falta, vem por êste meio manifestar o seu reconhecimento às pessoas que acompanharam a extinta à ultima morada e bem assim às que se associaram à sua dôr.

Aveiro, 3 de Abril de 1946.

AVISO

A Câmara avisa, por êste meio, todos os indivíduos que possuam pocilgas com porcos, dentro da área da cidade, e não estejam munidos do respectivo alvará de sanidade, nos têrmos do edital dêste Municipio, de 12 de Novembro do ano findo, que serão multados se as pocilgas não obedecerem às prescrições higiénicas constantes do referido edital.

Aveiro, 2 de Abril de 1946.

A CÂMARA

Regimento de Cavalaria n.º 5

ANUNCIO

2.ª Praça

O Conselho Administrativo dêste Regimento, faz público que no dia 13 de Abril pelas 14 horas, na sala das sessões do mesmo Conselho Administrativo, se procederá à arrematação em hasta pública das rações de verde para os solípedes do Regimento de Cavalaria n.º 5 e para os do Regimento de Infantaria n.º 10, pelo espaço de 60 dias.

As propostas, feitas em papel selado da taxa em vigor segundo o modêlo do caderno de encargos, serão apresentadas neste Conselho Administrativo até à abertura da praça, em cartas fechadas e lacradas acompanhadas da caução provisória de cem escudos (100$00).

O caderno de encargos está patente todos os dias úteis das 10 às 17 horas na Secretaria do Conselho Administrativo.

Quartel em Aveiro, 26 de Março de 1946.

O Chefe de Contabilidade,
ANTÓNIO PEDRO CARRETAS
Tenente

Comarca de Aveiro

2.º TRIBUNAL

Arrematação

2.ª publicação

No dia 4 do próximo mez de Maio, por 13 horas, no Tribunl Judicial desta comarca, à Praça da Republica e nos autos de acção de arbitramento para divisão de Causa Comum em que é requerente Maria Rosa Simões dos Reis, viuva, proprietária, do lugar de Taboaço, freguesia de Sôsa, desta dita comarca e são requeridos Diamantino Simões dos Reis e mulher Célia Caneio dos Reis, ausentes no Brasil; Maria José de Jesus Arada, também conhecida dor Maria José de Jesus, agricultora, por si e como procuradora de seu marido Manuel Martins Júnior, do lugar de Rio Tinto, da mesma freguesia; Deolinda de Jesus Arada e marido Duarte Simões da Conceição, agricultores, ela moradora no dito lugar do Taboaço e êle ausente na América do Noste; João Simões de Oliveira e mulher Maria dos Santos, proprietários, do mesmo lugar de Taboaço e Manuel Simões dos Reis e mulher Maria Clara de Jesus, lavradores, do dito lugar de Rio Tinto, vão ser postos, pela primeira vez, em praça para serem arrematados pelo maior lanço que fôr oferecido acima dos respectivos valores que abaixo vão indicados, os seguintes prédios:

Terra lavradia e vinha, sita nas carneireiradas, limite de Taboaço, inscrita na matriz predial rustica da freguesia em Sôsa sob o art.º 4544 e registada na Conservatória do Registo predial de Vagos sob o n.º 10.280 no valor de 1.861$20.

E terra lavradia e brejo nos Valinhos, limite do mesmo lugar, inscrita na matriz predial rustica da mesma freguesia sob o artigo 12.431 e descrita na referida Conservatória sob o n.º 10.275 no valor de 3.106$40.

Aveiro, 21 de Março de 1946.

Verifiquei:

O Juiz de Direito do 2.º Tribunal
António Victor Gorjão Nogueira

O Chefe da 2.ª Secção
António A. dos Santos Vitor

Horário dos combóios

Partidas para o norte	Partidas para o sul
5,27 (correio)	0,24 (correio)
6,20 (tram.)	7,43 (tram.)
6,54 (mixto)	10,04 (rápido) [3]
12,56 (rápido) [1]	11,15 (tram.)
13,06 (tram.)	15,41 (»)
17,24 (tram.)	19,28 (rápido) [1]
20,40 (tram.)	21,54 (mixto)
22,05 (rápido) [2]	Do Porto chega um tram. ás 21,07 que não segue.

(1) Todos os dias, excepto domingos.
(2) Só se efectua aos sábados.
(3) So às segundas-feiras.

Linha do Vale do Vouga

PARTIDAS	CHEGADAS
7,55	10,49
14,34	15,57 (1)
17,43 (1)	19,16
20,03 (2)	23

(1) A's terças, quintas e sábados.
(2) Só até à Sernada.

Aos Sócios da

Associação de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas de Aveiro

se informa que a

Farmácia Morais Calado, à Rua de Coimbra, devido ao seu amplo sortido de **especialidades farmacêuticas, produtos químicos** e **aparelhagem** própria para qualquer execução de *receitas manipuladas*, está apta a executar com todo o escrúpulo e rapidez todo o receituário que tenha o visto do director mesário.

No desejo de prestar aos seus Ex.mos clientes as maiores facilidades, a **Farmácia Morais Calado**, à Rua de Coimbra, **(Tel. 149)** envia os medicamentos ao domicílio.